



## AS REVISTAS ACESSO ABERTO E AS POLÍTICAS DE DIREITOS AUTORAIS: O CASO DE REVISTAS NA PLATAFORMA SCIELO-BRASIL

*Ariadne Chloe Mary Furnival<sup>1</sup>; Bianca Miranda de Almeida<sup>2</sup>*

<sup>1</sup>Professora Dra. Associada, Depto. Ciência da Informação, Universidade Federal de São Carlos, S.P., Brasil. <sup>2</sup>Bibliotecária e Coordenadora do Sistema de Bibliotecas do Centro Universitário UniSEB, Riberão Preto, S.P, Brasil.

### RESUMO

O acesso aberto se refere à disponibilidade *online*, gratuita e livre de restrições, da literatura científica. Um modo muito divulgado de disponibilizar tal literatura, sobretudo no Brasil, é através das revistas acesso aberto, a chamada “via dourada”, sendo que comparativamente, os repositórios digitais abertos, nos quais versões de artigos são depositados – a “via verde” – são ainda menos utilizados no Brasil. Especificamente, é reconhecido que a publicação em revistas acesso aberto tem crescido continuamente desde o início da plataforma SciELO no Brasil em 1997, e a ampla promoção do sistema OJS pelo IBICT. Apesar da larga divulgação mundial dos conceitos e definições de acesso aberto, e sobretudo em relação aos direitos autorais e autorização de reuso e arquivamento em repositórios, a hipótese aqui levantada é que ainda existem posições conflitantes nas políticas de algumas revistas acesso aberto brasileiras relativo a esses direitos autorais e os direitos dos leitores-usuários. Diante do colocado, o presente estudo teve como objetivo principal analisar e averiguar o conceito de acesso aberto explícita e implicitamente usado nas revistas levantadas, sinalizando, de certa forma, o grau de “abertura” destas, tal como definido recentemente no folheto “*HowOpenIsIt?*” publicado pela *Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition* (SPARC), a *Public Library of Science* (PLoS) e a *Open Access Scholarly Publishing Association* (OASPA). Assim, foi realizada uma pesquisa documental, baseada em leitura de documentos, seguido por um levantamento não-exaustivo das políticas de direitos autorais de uma amostra composta por 117 periódicos correntes da área das Ciências Biológicas e Ciências de Saúde na plataforma SciELO-Brasil. Estes dados foram confrontados com dados cadastrais encontrados no *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), e subsequente análise usando o *software* Microsoft Excel. Os resultados mostram que dos 117 periódicos analisados no SciELO, 106 estão indexados no DOAJ e portanto, são classificados como revistas acesso aberto de acordo com os critérios de inclusão no DOAJ. Embora todas estas usem licenças *Creative Commons* BY-NC, apenas 25 revistas explicitamente divulgam em seu *website* que são de acesso aberto. Por fim, houve um conjunto substancial de 74 revistas que, apesar de estarem indexadas no DOAJ, e carregarem a licença CC BY-NC, adotam como política autoral a cessão de direitos pelo autor, prática essa que, a nosso ver, mina a denominação da revista como sendo de fato acesso aberto, já que o autor não



será o detentor dos direitos do artigo de sua autoria, implicando que possivelmente sofreria restrições na sua liberdade de auto-arquivamento do artigo num repositório institucional, por exemplo. Os resultados demonstram que há, de fato, uma variedade de apropriações e significações do termo “acesso aberto” pelas revistas analisadas, que se manifestam na redação da política dos direitos autorais da revista. Tal variedade dá espaço para confusões entre autores e leitores no que se refere aos seus direitos de reuso e disseminação, direitos estes intrínsecos às definições “clássicas” de acesso aberto.

**Palavras-chave:** Revistas acesso aberto; Direitos autorais; *copyright*; Direitos de reuso; SciELO; DOAJ.

## INTRODUÇÃO

O acesso aberto se refere à modalidade de publicação que visa disponibilizar a literatura científica *online*, gratuitamente e livre de restrições. Um dos motivos por trás da ampla promoção dessa forma de publicação científica é que a pesquisa básica e aplicada é majoritariamente financiada pelos governos com a expectativa de que, ao compartilhar e difundir as novas ideias e descobertas resultantes, a ciência e tecnologia progredirá de modo mais rápido e eficiente, sem duplicações desnecessárias, que, por sua vez, melhorará a vida dos indivíduos e o bem estar da sociedade como um todo (GUIBAULT, 2011; RODRIGUES, 2004). Alguns autores observam a ironia de que justamente no momento em que as tecnologias de informação e comunicação (TIC) permitem maior acesso e uso da produção científica e criativa, existe simultaneamente um movimento de fortalecer o arcabouço de restrições que trancam e protegem o conteúdo digital em formas que nunca teríamos imaginado com material impresso (MONBIOT, 2011). Situação essa que levou a Diretora da *British Library* a perguntar “Quem protege o interesse público no mundo digital?” (BRITISH LIBRARY, [s/d]). As referidas restrições de acesso se manifestam em formas de *copyright*, direitos autorais e direitos de reuso, uma tríade que constitui conjuntamente o tema central do presente artigo.

Com a gradual consolidação do acesso aberto, temos hoje o que Willinsky (2006, p. 42) denomina um “domínio público de ciência em duas camadas” (“*a two-tiered public domain of science*”): uma baseada em acesso restrito pelo pagamento de taxas de acesso e a outra baseada em acesso aberto, com uma minoria de artigos (apenas em torno de 25% do total publicado anualmente) ocupando espaço simultaneamente nas duas camadas, graças àqueles pesquisadores-autores de artigos científicos publicados que também depositam uma cópia do mesmo num repositório digital (institucional ou disciplinar) em acesso aberto. Este cenário de “auto-arquivamento” em repositórios digitais de fato descreve o que é conhecido como a “via verde” de acesso aberto, que se compara com a outra, que é a “via dourada”, que consiste no conjunto grande e crescente de revistas científicas publicadas e disponibilizadas em acesso aberto. Esta segunda via é assim constituída pela criação e gestão de revistas



científicas que “nascem digitais” e, também, em termos da sua disseminação, nascem como publicações acesso aberto.

Embora ainda haja muito a ser feito para tornar acessível livre e abertamente muito da produção científica hoje existente no Brasil, já é fato que o acesso aberto e seus princípios estão se propagando e se consolidando no país, especialmente nas Instituições de Ensino Superior (IES). Várias destas tem instituído seu Repositório Institucional (RI), às vezes denominado como “Biblioteca Digital”, como é o caso da USP, com sua “Biblioteca Digital de Produção Intelectual – BDPI”. O *OpenDOAR* – um diretório internacional de repositórios digitais em acesso aberto, mantido pelo projeto SHERPA da Universidade de Nottingham no Reino Unido – atualmente registra 85 repositórios de acesso aberto no Brasil. Mas é inegável que comparativamente, a via dourada de acesso aberto seja bem mais consolidada no Brasil, que tem uma quantidade formidável de revistas científicas hoje disponíveis em acesso aberto, e ocupa o segundo lugar no mundo com 937 revistas registradas no *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), somente ultrapassado pelos Estados Unidos que ocupam o primeiro lugar no mesmo Diretório, com 1218 revistas acesso aberto (DOAJ, 2014)<sup>i</sup>. Podemos afirmar que o grande responsável para este fortalecimento da via dourada no Brasil, comparada com a via verde ainda em estado incipiente, é o SciELO – *Scientific Electronic Library Online*.

O SciELO foi lançada em 1997 como um programa especial da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), em parceria com a BIREME (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde), sendo que o CNPq também passou a apoiar a SciELO em 2002. Vários outros países da América Latina e do Caribe integram a rede SciELO, além da África do Sul, Espanha e Portugal (PACKER, 2009). Como o próprio idealizador da SciELO, Abel Packer observa, a motivação principal do SciELO é de dar visibilidade mundial à “ciência perdida” e muito valiosa, que origina nos países em desenvolvimento, que por vários motivos, sempre sofreram maiores obstáculos para publicar nos canais das revistas científicas prestigiosas dos países centrais. A SciELO não se reduz a uma plataforma, repositório ou portal de acesso às revistas nela contidas: consiste também numa concepção e metodologia de editoração e publicação científica que garantem a qualidade das publicações disponibilizadas na SciELO. Tais padrões altos de qualidade tem acarretado numa situação louvável hoje em que vários dos índices bibliográficos internacionais e regionais (incluindo o *Web of Science*, Scopus, CROSSREF, *Google Scholar*, PubMed, LILACS, AGRIS, DOAJ) mantêm *links* atualizados para as revistas do SciELO, o que tem contribuído para o crescimento do Fator de Impacto de vários títulos do SciELO (PACKER, 2009). Em julho de 2012, o SciELO foi integrado no *Web of Knowledge* de Thomson Reuters. Vale ressaltar que desde a sua inepção, o programa de SciELO priorizou colocar as revistas online, e, como Packer (2009) observa, logo perceberam que o caminho de acesso aberto foi o caminho certo a seguir.



Vale ressaltar que fora da América Latina, existem editoras extremamente respeitadas que publicam somente em acesso aberto, a *Public Library of Science* (PLoS) e *Biomed Central* sendo exemplos que publicam artigos originais em acesso aberto principalmente na literatura STM (*Science, Technology & Medicine*). Os desafios para as editoras em acesso aberto se referem ao modelo de sustentabilidade financeira que utilizam, e o de estabelecer uma boa reputação para influir no fator de impacto do título da revista, ou mais comumente hoje, nas “*altmetrics*” dos *downloads* de artigos individuais. Os autores procuram veículos de publicação que otimizem a disseminação do seu trabalho na comunidade de pares, para que possa ser debatido, avaliado, e usado como base para futuros avanços, além de construir sua reputação dentro da comunidade científica. Existem vários levantamentos que demonstram que falta a consciência dentro da comunidade científica de que tais metas podem, sim, ser alcançadas via a publicação acesso aberto. Infelizmente, os modelos de negócios em acesso aberto conhecidos como “o autor paga” (*author pays open access*) tem sido igualados, na mente dos pesquisadores, com qualidade inferior. Cabe mencionar aqui que muitas das editoras comerciais tradicionais, que operam predominantemente sob o modelo de assinatura, também oferecem a chamada “opção aberta” de publicação: ou seja, no mesmo volume e número de uma determinada revista, encontra-se artigos em acesso aberto ao lado de artigos “fechados”, simplesmente porque o autor (ou seu órgão de fomento à pesquisa, ou a sua instituição empregadora) pagou para que o artigo pudesse ser disponível em acesso aberto imediatamente após publicação. As grandes editoras comerciais também têm seus títulos abertos (p.ex. *Springer Open Choice Publishing, Nature Open*). Morrison (2009, p. 119-120) enfatiza que é importante desmistificar a noção de que *toda* publicação acesso aberto cobra uma taxa para a publicação: cita um estudo de Hooker, de 2007, que demonstrou que 67% das revistas listadas no DOAJ não cobram pela publicação, e cita outro estudo de Suber e Sutton do mesmo ano, que demonstra que 83% das editoras acesso aberto de sociedades e associações científicas não cobram taxas de processamento de artigos.

Suber (2012) discorre sobre as características das revistas acesso aberto, enfatizando que a maioria segue as políticas editoriais e práticas das revistas convencionais, e de fato, o rigor do processo de editoração e publicação de revistas acesso aberto não deveria ser duvidado, como os padrões altos da SciELO atestam. As revistas acesso aberto têm a diferença evidente de que são livremente acessíveis para o leitor. Mas ser “aberto” significa apenas isso: ser livremente acessível *online*? Os idealizadores e mantenedores do hoje muito prestigioso Diretório de Revistas em Acesso Aberto (DOAJ – *Directory of Open Access Journals*), lança mão da definição seminal e “forte” de acesso aberto, consagrada na Declaração da *Budapest Open Access Initiative* (BOAI) de 2002, afirmando que:

Da definição BOAI de “acesso aberto”, apoiamos os direitos dos usuários a “ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, realizar buscas em, ou *linkar* aos textos completos desse artigos” como mandatórios/obrigatórios para que uma revista seja incluída no Diretório (DOAJ, 2014, tradução nossa)<sup>1</sup>.

Ao que parece, essa definição “clássica” e “holística” de acesso aberto não tem sido unanimemente abraçado por editores, autores e pesquisadores. Existe um espectro variado de permissões, declarações de *copyright*, direitos autorais etc. vinculado às publicações disponíveis em plataformas como a SciELO e, inclusive, cadastradas no DOAJ. A questão no que concerne o grau de “abertura” é discutivelmente tão nebulosa que um conglomerado de organizações ativas em promover a publicação científica em acesso aberto – o SPARC, PLoS e OASPA – recentemente publicou um folheto intitulado *HowOpenIsIt?*<sup>2</sup> (“QuãoAbertoÉ?”) que esquematiza sucintamente atributos e critérios que podem ser usados para julgar se um dado documento ou publicação pode ser caracterizado como “acesso aberto” de fato. O intuito do panfleto é de ir além da ideia de que o acesso aberto se refere apenas à “gratuidade de acesso para todos os leitores” que tem acesso à internet; quer recuperar e revitalizar as dimensões do acesso aberto como definido originalmente na BOAI, ou seja, aquelas que também se referem aos direitos de uso, e reuso, além de esclarecer para os autores-pesquisadores quais são seus direitos se a publicação for realmente classificada como sendo de “acesso aberto”.

Diante do colocado, o estudo empírico realizado em escala modesta aqui apresentado foi motivado pela questão “Quão abertas são as revistas acesso aberto da SciELO do ponto de vista dos direitos autorais, *copyright* e dos direitos de reuso?” O intuito de tal enfoque é que os direitos que o autor detém de um artigo seu determinarão o que esse autor poderá fazer com seu artigo após publicado numa revista acesso aberto. Ou seja, quais são os direitos de reuso do artigo da sua autoria, que incluirão o seu direito de auto-arquivar uma cópia num repositório digital, por exemplo – nada mais do que a passagem da “via dourada” para a “via verde”. Como veremos, o fato de ter publicado numa revista acesso aberto não implica que essa passagem seja automática e livre de questionamentos. Assim, os objetivos do estudo foram os de:

- a) revisar uma parte da literatura sobre acesso aberto no que diz respeito aos direitos autorais, *copyright* e reuso;
- b) levantar, a partir de uma pequena amostra de revistas científicas disponíveis no SciELO-Brasil, as políticas de direitos autorais das mesmas;
- c) analisar essas políticas para averiguar o conceito de acesso aberto explícita ou implicitamente usado nas revistas levantadas, sinalizando, de certa forma, o grau de “abertura” destas.

<sup>1</sup> “From the BOAI definition of “open access”, we support the rights of users to “read, download, copy, distribute, print, search, or link to the full texts of these articles” as mandatory for a journal to be included in the directory.” Disponível no site do DOAJ em <http://doaj.org/about>.

<sup>2</sup> *HowOpenIsIt?* – disponível em: <http://www.sparc.arl.org/resource/howopenisit>



Posto isso, as seções a seguir apresentarão os passos seguidos em nosso levantamento.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

A metodologia predominante neste estudo foi a de pesquisa documental, baseada em leitura de documentos e páginas da internet relevantes ao estudo. Para a coleta de dados deste estudo para averiguar as políticas autorais e de uso, e o grau de abertura das revistas acesso aberto, tiramos nossa amostra da plataforma SciELO-Brasil. A amostragem envolveu o levantamento de títulos de periódicos correntes das áreas de Ciências da Saúde e Ciências Biológicas, o que correspondeu a um total de 117 títulos de periódicos correntes. Foram eliminados os quatro títulos duplicados entre as duas listas antes de chegar a este total.

Após este levantamento, conferiu-se quais dos periódicos levantados do SciELO estão indexados no DOAJ, usando a ferramenta de busca no site do DOAJ que permite buscar apenas títulos de revistas científicas do mundo todo consideradas como sendo de acesso aberto.

Além disso, foi checado, na página da capa de cada revista (ou sob a opção de menu nesta, “sobre nós”) a partir da plataforma SciELO, se o conteúdo da revista é licenciado sob uma licença aberta ou não, já que no DOAJ esta informação nem sempre constava no registro da revista.

A última checagem foi na seção da revista chamada “Instruções aos autores”. Foram utilizados os termos de busca nesse texto, às vezes extenso, “*copyright*”, “direitos”, “autorais”, “cessão”, “termo”, “reservar”, “reservados”, e seus equivalentes no inglês quando as instruções para os autores foram dadas nessa língua.

Todos os dados levantados foram registrados numa planilha (do software Microsoft Excel) para sua padronização e subsequente manipulação e análise.

## **RESULTADOS**

A seguir, apresentamos alguns dos resultados quantitativos levantados, com as ponderações e interpretações iniciais feitas em relação ao objetivo principal determinado ao início da pesquisa, que foi o de identificar o grau de “abertura” de revistas científicas acesso aberto hospedadas no SciELO-Brasil. A Tabela 1 abaixo apresenta os dados relacionados à amostra trabalhada.

Tabela 1 Detalhes da amostra das revistas

	Total de Títulos Correntes no SciELO	Número de títulos registrados no DOAJ	Número de títulos que <i>não</i> constam no DOAJ
Ciências da Saúde	91	83	8
Ciências Biológicas	26	23	3
	117	<b>106</b>	11

Focando exclusivamente nos 106 títulos que estão cadastrados no DOAJ – pois o fato de estarem indexados nesse Diretório significa que os avaliadores deste entendem que satisfazem os critérios para serem considerados como revistas acesso aberto – procedemos com um levantamento da Política Editorial das revistas, especificamente analisando o quesito de Propriedade Intelectual do título em questão. Sem exceção, *todos* os títulos examinados a partir da sua página de capa na plataforma SciELO-Brasil, tanto a partir da opção de menu “Sobre nós” quanto sob a seção “Propriedade Intelectual”, explicitam que: “Todo o conteúdo do periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma Licença *Creative Commons* do tipo atribuição BY-NC.” Entende-se que esta redação deve ser uma “frase padrão” utilizada pelo SciELO para todos os títulos de periódicos hospedados na sua plataforma, a qual comunica aos seus leitores e usuários a sua adesão aos princípios de acesso aberto em relação ao uso do material encontrado no SciELO.

É relevante lembrar aqui que a organização global sem fins lucrativos, a *Creative Commons* (CC), tem como objetivo deixar os autores e criadores determinarem sob quais termos e condições suas obras podem ser utilizados e quais direitos querem ceder e sob quais condições o fariam na forma de um espectro de licenças abertas das quais os criadores podem escolher. Como Silva e Lara (2011) observam, em contraste com o sistema tradicional legal de proteção dos direitos autorais, cujo dogma pode ser encapsulado na frase “todos os direitos reservados”, as licenças CC reconhecem que nem todo autor quer reservar todos os direitos para si, ou seja, é uma situação de “alguns direitos reservados”, e que isso é explicitado na licença CC de antemão:

Si en el sistema del derecho de autor el principio es que toda utilización de una obra debe tener un permiso expreso del titular de los derechos de autor, em el caso de las licencias CC el principio es que dicho permiso há sido entregado de antemano por el titular (SILVA; LARA, 2011, p. 18).

Não há espaço aqui para versar sobre todos os tipos de licenças CC<sup>3</sup>, mas cabe dizer que a licença CC BY-NC dos periódicos SciELO permite que:

<sup>3</sup> Vide <http://creativecommons.org.br/as-licencas/>

outros *remixem*, adaptem, e criem obras derivadas sobre a obra licenciada, sendo vedado o uso com fins comerciais. As novas obras devem conter menção ao autor nos créditos e também não podem ser usadas com fins comerciais, porém as obras derivadas não precisam ser licenciadas sob os mesmos termos desta licença (CREATIVE COMMONS BRASIL, 2014).

Desse modo, a opção por uma licença CC pelo criador, autor ou instituição responsável pela publicação, comunica aos usuários do conteúdo ao qual a licença aplica, qual uso poderá, legitimamente, fazer desse conteúdo. Como se percebe da definição da licença CC BY-NC acima, é uma das licenças bastante flexíveis e abertas, sendo que a licença BY seria a mais flexível, exigindo apenas a atribuição / reconhecimento da autoria da obra, mas deixando o usuário bastante brecha para reutilizar o trabalho.

No entanto, quando jogamos luz no lado do autor, no quesito dos direitos autorais, a situação parece ser bastante distinta. Pois, mesmo que, como já dito, todos os títulos aqui analisados no SciELO-Brasil sejam portadores das licenças CC BY-NC, ao submeter o artigo ao periódico, na maior parte das vezes, os próprios autores têm que assinar um termo de cessão dos direitos autorais. A Tabela 2 abaixo apresenta os dados levantados no pequeno estudo aqui apresentado:

Tabela 2 Periódicos no SciELO que exigem cessão de direitos autorais

	Total de Títulos Correntes no SciELO indexados no DOAJ	Licença CC BY-NC no SciELO	Total de Títulos que exigem a cessão dos direitos autorais ao submeter o artigo	Total de títulos que <u>não</u> exigem a cessão dos direitos autorais	Não consta informação sobre direitos autorais de forma explícita
Ciências da Saúde	83	83	65 (78%)	4	14
Ciências Biológicas	23	23	9 (39%)	4	10
	<b>106</b>	<b>106</b>	<b>74</b>	<b>8</b>	<b>21</b>

A Tabela 2 mostra que 78% dos 83 revistas da área de Ciências da Saúde cadastradas no DOAJ – diretório este que, lembremos, adere-se aos princípios mais “fortes” de acesso aberto – exigem que os autores dos artigos assinem um termo de cessão dos direitos autorais. Esta porcentagem é de 34% das 26 revistas no DOAJ na área das Ciências Biológicas. Ao ceder os direitos autorais à revista científica, o(s) autor(es) basicamente transfere à revista, ou à instituição responsável pela revista, direitos exclusivos do direito patrimonial que a lei confere ao titular (autor): isto é, os direitos patrimoniais são transferíveis (diferentemente dos direitos morais). Tais direitos patrimoniais incluem, entre outros, o direito de distribuição, adaptação, tradução, a disseminação pública (por exemplo, na internet), ou publicação (SILVA; LARA, 2011).

Engloba também, os direitos de posterior utilização pelo autor, incluindo o depósito num repositório digital, por exemplo (MELERO, 2010).

Os termos de cessão dos direitos autorais empregados por estas revistas em acesso aberto do SciELO e registrado no DOAJ englobam desde a “mera” transferência de *copyright* do(s) autor(es) para a revista, às vezes com a revista permitindo com isso a “reprodução do todo ou em parte desde que mencionadas as fontes”, até a mais abrangente e conservador necessidade de transferir todos os direitos, que passam a ser “propriedade exclusiva” da revista, vedando a reprodução parcial ou total sem a devida autorização desta. Existe, inclusive, o caso de um título em saúde que gerencia e veicula a revista a partir da Plataforma do *Open Journal System (OJS)* do *Public Knowledge Project* (e indexada e acessível a partir do SciELO), o conteúdo do qual está licenciado sob a licença bastante aberta, a CC BY 3.0<sup>4</sup>, mas cujo termo de cessão de direitos autorais é bastante rígido, como visto no trecho a seguir (no qual o “cedente” é o autor, e a “cessionária”, a revista:

3. O CEDENTE cede e transfere todos os direitos autorais relativos à OBRA à CESSIONÁRIA, especialmente os direitos de edição, de publicação, de tradução para outro idioma e de reprodução por qualquer processo ou técnica. A CESSIONÁRIA passa a ser proprietária exclusiva dos direitos referentes à OBRA, sendo vedada qualquer reprodução, total ou parcial, em qualquer outro meio de divulgação, impresso ou eletrônico, sem que haja prévia autorização escrita por parte da CESSIONÁRIA (VISA EM DEBATE, 2014).

Uma certa contradição que existe com a aplicação de termos de cessão de direitos deste teor, ao lado de licenças abertas como as do CC, é que do ponto de vista do usuário, pressupõe-se que as permissões de uso são flexíveis mas que para os autores, as permissões em relação àquilo que pode fazer com seu próprio texto são bem mais restritos.

A última coluna da Tabela 2 acima (na página anterior) contem dados referentes àquelas políticas editoriais que não explicitam, no corpo do texto da política, quais direitos o autor pode continuar detendo após ter seu artigo publicado no periódico. Evidentemente, o fato de não explicitar essa parte da política não implica que o autor se manterá como detentor dos seus direitos autorais. Há de se observar que justamente nesses títulos de periódicos – como é o caso na maioria das revistas científicas online hoje – o processo de submissão do manuscrito é inteiramente automatizado e consiste em vários passos em que o autor fornece informações e também, às vezes, tem que aceitar certos termos da revista em questão, “assinalando caixinhas”. E é comum que nesses passos automatizados, o autor terá que aceitar a cessão dos direitos autorais à revista. Existe a possibilidade, então, que estas 21 revistas a mais requeiram a cessão dos direitos autorais, mas infelizmente, não houve tempo neste estudo para realizar testes para comprovar ou refutar essa hipótese.

<sup>4</sup> [http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/deed.pt\\_BR](http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/deed.pt_BR)

Entre as políticas editoriais das nove revistas das duas áreas que explicitamente *não* exigem a cessão dos direitos autorais à revista, no geral, podemos afirmar que representam políticas editoriais de revistas científicas que entenderam de modo mais “holístico” e coerente as implicações de ser uma revista acesso aberto, que é hospedada, divulgada e acessada a partir do SciELO e, entre outros índices, indexada no DOAJ. Podemos exemplificar estas, na área das Ciências Biológicas, com as revistas *Journal of Venomous Animals and Toxins including Tropical Diseases* e *Ambiente & Sociedade*. A primeira claramente declara que “O *copyright* fica com os autores”, e remete o autor ao site da Editora (*Publisher*) em acesso aberto, o BioMed Central, para maiores detalhes, onde está claramente explicado (em inglês) o que o autor e usuário do artigo podem fazer com o artigo<sup>5</sup>.

O segundo caso, da revista *Ambiente & Sociedade*, é um que podemos afirmar como sendo a revista mais aberta encontrada entre os títulos das duas áreas analisadas. Vale até a pena citar o trecho na íntegra pois encapsula algumas qualidades ideais de uma política editorial, posto que ao mesmo tempo em que informa aos autores sobre o que implica aceitar uma licença CC, elucida também alguns princípios e vantagens de acesso aberto:

Autores que publicam neste periódico concordam com os seguintes termos:

1. Autores mantêm os direitos autorais e concedem ao periódico o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial neste periódico.
2. Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.
3. Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (Veja O Efeito do Acesso Livre) (AMBIENTE & SOCIEDADE, 2014).

Relativo ao espectro do grau de abertura de revistas e textos acesso aberto apresentado no supramencionado panfleto *HowOpenIsIt?*, a *Ambiente & Sociedade* se localiza claramente do topo do espectro, de ser clara e explicitamente aberta na sua política editorial, deixando claro para os usuários e autores o que são livres a fazer com o seu artigo pós-publicação.

<sup>5</sup> BioMed Central license agreement. Disponível em: <http://www.biomedcentral.com/about/license/>



Entre as também poucas (4) revistas na área de Ciências de Saúde que não explicitamente mencionam a necessidade do(s) autor(es) cederem os direitos autorais, podemos citar a *Brazilian Dental Journal*. Na página da política editorial e instruções aos autores, em nenhum momento há menção feita de *copyright* ou direitos autorais, e a submissão do manuscrito não é automatizada, mas pelo envio “manual” para um e-mail. Na página de capa da revista, mostra quem são os órgãos patrocinadores e “mantenedores” da revista, que incluem a CNPq, CAPES, o MEC e MCT; então surpreender-se-ia se a revista operasse sob um regime mais fechado e conservador de direitos autorais, já que esses órgãos do governo brasileiro estimulam a adoção de iniciativas que fomentem a abertura da ciência brasileira, sobretudo na área de saúde.

## CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O estudo modesto aqui apresentado constituiu, para as autoras, uma forma de testar uma suposição intuída a partir de conversas informais e entrevistas realizadas com pesquisadores científicas durante outra pesquisa realizada sobre o acesso aberto, a saber: que ainda existe desconhecimento e confusão entre eles em torno do termo “acesso aberto”, confusão esta que pode ser reforçada pela ambiguidade das políticas editoriais de revistas acesso aberto. Entendemos que estas são considerações parciais, pois gostaríamos de realizar futuramente outra etapa da pesquisa, consistindo em entrevistar os editores de uma amostragem das revistas analisadas, além de analisar mais títulos de outras áreas no SciELO-Brasil.

A contradição em torno dos direitos autorais e direitos de uso das revistas aqui examinadas reside principalmente no fato de que ao mesmo tempo em que todas as revistas, sem exceção, operam sob uma licença Creative Commons BY-NC, a maioria delas também exige que os autores dos artigos transfiram os direitos autorais às revistas. Há de esclarecer aqui que não existe uma regra que dite que revistas acesso aberto não podem ser os detentores de tais direitos só por ser acesso aberto, mas também há necessidade de esclarecer que quando um *usuário* (leitor) dessas revistas vê que o título carrega uma licença CC BY ou CC BY-NC, entenderá que ele mesmo tem a liberdade de fazer certas coisas com este texto que a licença estipula. É importante reconhecer que o usuário-leitor não tem a obrigação de procurar saber se o título em questão obrigou o *autor* ceder seus direitos, sobretudo se estas obrigações se encontram entre as “instruções aos autores” e são dirigidas ao autor no momento da submissão do artigo. No entanto, há de se reconhecer que o tom da redação utilizada em muitos desses termos de concessão dos direitos autorais é bastante rígida e legalista, não deixando muita margem de interpretação equivocada para os autores que os aceitem. Mas voltando à indagação: e se o usuário-leitor apenas ver que o título é licenciado sob uma licença flexível de CC?



De acordo com o espectro de “abertura” de documentos e revistas apresentado no panfleto *HowOpenIsIt?* (“Quão aberto é?”) lançado em 2011 por SPARC, PLoS e OASPA, as revistas acesso aberto aqui analisadas se enquadram na parte do espectro mais aberto ao falar dos direitos de reuso pelos usuários, mas ao mesmo tempo, a maioria delas está enquadrada apenas um passo do ponto no espectro que marca a posição mais fechada e conservador no que diz respeito aos direitos autorais, pela qual a editora (*Publisher*) detém o *copyright*, às vezes com algumas permissões pelo reuso da versão publicada pelo autor.

Em suma, pode ser concluída que ainda existe necessidade por maiores esclarecimentos com editores de revistas acesso aberto sobre o que, exatamente, esta modalidade de publicação implica, e deveria implicar, tanto para usuários, quanto para autores, para que as políticas editoriais de tais revistas possam ser cada vez mais coerentes e assim, trabalhar em prol da circulação e alcance de novas pesquisas científicas brasileiras.

## REFERÊNCIAS

AMBIENTE & SOCIEDADE. Declaração de direito autoral. Disponível em: <http://submission.scielo.br/index.php/asoc/about/submissions#onlineSubmissions>; acesso em: 8 ago 2014.

BRITISH LIBRARY. **Driving UK research. Is *copyright* a help or a hindrance: a perspective from the research community.** British Library. London. s/d.

CREATIVE COMMONS. Disponível em: <http://creativecommons.org.br/o-que-e-o-cc/>. Acesso em 2 ago.2014.

DOAJ. DIRECTORY OF OPEN ACCESS JOURNALS. Disponível em: <http://doaj.org/oainfo>

GUIBAULT, L. Owning the right to open up access to scientific publications. In: GUIBAULT, L.; ANGELOPOULOS, C. **Open content licensing: from theory to practice.** Amsterdam: Amsterdam University Press, 2011. p. 137-168.

HARNAD, S. Opening access by overcoming Zeno’s paralysis. In: JACOBS, N. **Open Access: key strategic, technical and economic aspects.** Oxford: Chandos, 2006. p. 73-86.



KNEZO, G. **Open access publishing and citation archives: background and controversy**. Congressional Research Service. Washington D.C., p. 51. 2006.

MELERO, R. **Guia práctica sobre los derechos patrimoniales o de explotación (copyright) y su relación con el auto-archivo en repositorios de acceso abierto**. [S.l.]: [s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.accesoabierto.net/es/bibliografia/guia-practica-sobre-los-derechos-patrimoniales-o-de-explotacion-copyright-y-su-relacion>>. Acesso em: 4 ago 2014.

MONBIOT, G. The Lairds of Learning. **The Guardian** 30th August 2011. Disponível em: <http://www.monbiot.com/2011/08/29/the-lairds-of-learning/> ; acesso em: 1 ago 2014.

MORRISON, H. **Scholarly Communication for Librarians**. Oxford: Chandos, 2009.  
PACKER, A. The SciELO Open Access: A gold way from the South. **Canadian Journal of Higher Education**, v. 39, n. 3, p. 111-126, 2009.

PINFIELD, S. Paying for open access? Institutional funding streams and OA publication charges. **Learned Publishing**, v. 23, n. 1, p. 39-52, 2010.

RODRIGUES, E. Acesso livre ao conhecimento: a mudança do sistema de comunicação da ciência e os profissionais de informação. **Cadernos BAD**, n. n.1, 2004. p. 24-35.

SILVA, A. C.; LARA, C. **Políticas Editoriales de Publicaciones Académicas en Línea en Latinoamérica**. Santiago : Derechos Digitales, 2011. Disponível em: <https://www.derechosdigitales.org/que-hacemos/publicaciones/> ; acesso em: 4 ago 2014.

SUBER, P. **Open Access**. Cambridge, MA: MIT Press, 2012.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM DEBATE. **Declaração de Direito Autoral**. Disponível em: <http://www.visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/about/submissions#copyrightNotice>; acesso em: 15 jul 2014.

---

<sup>i</sup> <http://doaj.org/>